

Definidas as regras do segundo turno

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte distribuiu ontem as normas que regularão o segundo turno de votações, quando só serão permitidos cinco tipos de emendas: supressivas integrais ou parciais de um dispositivo, para corrigir omissão, erro ou contradição e para correção de linguagem. As regras proíbem o Destaque para Votação em Separado (DVS), derrubando a pretensão do Centrão de suprimir artigos sem ter em plenário a maioria absoluta de 280 votos. Ontem mesmo, a Relatoria iniciou o trabalho de revisão final do texto aprovado, que será reexaminado pelo plenário a partir do dia 20 de julho.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi consultado na semana passada por um grupo de parlamentares do Centrão — Deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), Oscar Corrêa Filho (PFL-MG) e Bonifácio Andrada (PDS-MG), que queria se certificar da possibilidade de apresentar destaques para votação em separado no segundo turno. O DVS inverte o comando da votação: tem que obter maioria absoluta o grupo que deseja rejeitar a emenda proposta. Desta maneira, o Centrão conseguiria, mesmo sem reunir maioria absoluta, suprimir dispositivos como direito de greve, turno ininterrupto de seis horas e a limitação dos juros bancários em 12 por cento ao ano. Ulysses não cedeu às pressões do grupo e decidiu proibir o DVS, argumentando que seria impossível que uma parcela de constituintes invalidasse uma matéria aprovada pela maioria.

O que foi aprovado por 280 votos só poderá ser retirado também por 280 ou mais — retrucou Ulysses.



Constituintes cercam Ulysses e comemoram o fim do primeiro turno

Não serão permitidas também emendas supressivas de caráter modificativo. No modelo de apresentação de emendas, distribuído ontem, a Mesa esclarece que a supressão de palavras que modifiquem ou invertam o mérito da matéria aprovada pelo plenário nem mesmo será recebida pela Mesa. Para evitar dúvidas, a Mesa exemplifica com a supressão da palavra "não", que tornaria afirmativas as matérias que o plenário decidiu proibir constitucionalmente.

Cada constituinte poderá apresentar quatro emendas supressivas ou corretivas, retirando integral ou parcialmente artigos, parágrafos, incisos, palavras e letras. As emendas para omissão são aquelas que reestabelecem matéria aprovada no pri-

meiro turno e que não foram incluídas na redação final. As emendas para corrigir a linguagem e erros de redação serão encaminhadas diretamente à Comissão de Redação, a cargo dos Senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Afonso Arinos (PSDB-RJ). Um outro grupo de emendas visa a reduzir as contradições, evitando a presença de artigos conflitantes.

O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e os Sub-Relatores iniciaram ontem mesmo o trabalho final de compatibilização do texto aprovado. A maior parte do texto já está redigida, faltando apenas as Disposições Transitórias, o que vai permitir a redução do prazo do Relator para esta fase.

DATAS DA BATALHA FINAL

Votações começam no dia 20 de julho

BRASÍLIA — As votações do segundo turno só começam no dia 20 de julho, mesmo com a redução do prazo do Relator Bernardo Cabral. Ele utilizará apenas cinco dos sete dias que regimentalmente lhe são concedidos para a combatibilização do texto aprovado em plenário. O calendário para esta fase é o seguinte:

De 1 a 4 de julho — Prazo estabelecido pelo Relator para a redação da matéria votada em primeiro turno. O prazo regimental é de sete dias; portanto, o trabalho do Relator poderia se estender até o dia 7 de julho.

Dia 5 — Publicação da íntegra.

De 6 a 10 — Prazo para a apresentação de emendas. Neste período, o plenário voltará a se reunir, para discutir o texto apresentado pelo Relator.

Dia 11 — Publicação das emendas apresentadas.

De 12 a 16 — Prazo para o parecer do Relator, quanto ao mérito das emendas apresentadas.

Dia 17 — Publicação do parecer do relator.

Dias 18 e 19 — Prazo para o encaminhamento dos pedidos de destaque para as emendas apresentadas.

Dia 20 — Início da votação em segundo turno. Antes de apreciar as emendas, o plenário votará a íntegra do texto, ressalvados os destaques.

Entusiasmado, Ulysses faz o sexto palpite sobre o final

O Deputado Ulysses Guimarães continua arriscando palpites a respeito da data de promulgação da futura Constituição. Com a previsão que está fazendo agora, de que o trabalho estará concluído entre 20 de agosto e sete de setembro, já chegam a meia dúzia os palpites do Presidente da Constituinte. A primeira data lembrada pelo Presidente Ulysses Guimarães para a promulgação da nova Constituição — 7 de setembro — parece ser a preferida entre os parlamentares, embora com um ano de atraso. Mas o Presidente pretende, agora, apressar os trabalhos do segundo turno, para evitar a colisão da promulgação com as comemorações de 7 de setembro.

Para conseguir isto, não pode permitir que o segundo turno dure mais do que um mês e meio. É uma expectativa otimista, já que apenas as Disposições Transitórias foram votadas em um mês no primeiro turno. Outro ponto contra o Presidente da Constituinte é que ele já errou cinco vezes ao anunciar a data para a promulgação da Constituição.

Quando sentiu que seria impossível concluir os trabalhos em 7 de setembro de 87, anunciou outra data não menos significativa: 15 de novembro. Com o surgimento do Centrão, a elaboração da nova Carta praticamente recomeçou da estaca zero. Ulysses anunciou, então, a data de 21 de abril para a promulgação. Seria uma homenagem a Tiradentes e Tancredo Neves. Não foi possível, e o Presidente

anunciou 30 de junho, depois 15 de julho e, agora, final de agosto. Os mais pessimistas falam até em 15 de novembro, mas o interesse na eleição para as Prefeituras deverá apressar a conclusão dos trabalhos.

As lideranças dos partidos de esquerda se reunirão na próxima terça-feira para traçar a estratégia que seguirá no segundo turno de votação da Constituinte. No momento a preocupação maior do grupo é manter as conquistas que obteve na primeira fase dos trabalhos.

Os "progressistas" concentrarão esforços na manutenção dos artigos visados pelo Centrão — como os que garantem a jornada de trabalho de 44 horas, a licença maternidade de 120 dias, o turno de revezamento de seis horas, a nacionalização do subsolo e o direito irrestrito de greve.

A tarefa será facilitada pelo Regimento Interno: caberá ao Centrão conseguir os 280 votos necessários para derrubar os dispositivos aprovados.

Mas os "progressistas" também pretendem suprimir alguns artigos. Como o que proíbe a desapropriação de terras produtivas. Só que todos acham muito difícil.

O Senador José Bisoletti (PSDB-RS) está propondo a supressão do artigo que privatiza os cartórios, com apoio do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). Com isso, seria repassada para os Estados a atribuição de regular esta atividade, ficando aberta uma brecha para a estatização.

O Líder do PCB, Roberto Freire (PE), pensa em extinguir o domicílio eleitoral. Freire também estuda, juntamente com líderes de outros partidos, a possibilidade de unificação das aposentadorias. Ficaria assegurada para todos os trabalhadores, do setor público ou privado, a aposentadoria aos 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.

Sarney quer manter a ilha com Fernando

BRASÍLIA — A autonomia do arquipélago de Fernando de Noronha será uma das teses da bancada governista no segundo turno da Constituinte. A promessa foi feita ontem pelo Presidente José Sarney ao Governador da ilha, Fernando César Mesquita.

Sarney conversou a sós durante alguns minutos com o Governador. Ele disse que podia derrubar a emenda no segundo turno. O Presidente é muito sensível e solidário — esclareceu mais tarde Fernando César.

O Governador garantiu que não aceitou a oferta, mas apresentou uma sugestão: o arquipélago poderia ser incluído no artigo 257 das disposições permanentes, no capítulo do meio-ambiente, que dispõe sobre a proteção de áreas consideradas "patrimônios da União". A solução é impossível já que, na segunda votação, só podem ser apresentadas emendas supressivas.

— A minha preocupação é com a ecologia da ilha. Pernambuco não vai ter recursos para cuidar dela. Nós podemos até permitir que Fernando de Noronha fique com Pernambuco, desde que a transferência se faça de uma forma progressiva.

Para o Governador, o voto que anexou Fernando de Noronha a Pernambuco foi um voto contra Sarney.

— Os parlamentares votaram contra o Presidente e contra mim, que fiz campanha ostensiva pelo mandato de cinco anos.

Quarta-feira, depois de conhecer a decisão da Constituinte, Fernando César telefonou para o Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que tratou de tranquilizá-lo.

— Ele me convidou para ser interventor da ilha.



Fernando César diz que Miguel Arraes o convidou para ser interventor



Arraes faz planos para a antiga prisão

RECIFE — Se a Constituinte confirmar, no segundo turno, a reincorporação do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, o Governador Miguel Arraes terá sob seu comando a mesma ilha onde esteve preso em 1964, logo após a deposição do Governo do Estado.

Ao receber o resultado da votação da última quarta-feira, Arraes destacou "o sentido histórico" da decisão da Constituinte, pois é a primeira vez que Pernambuco é premiado com a anexação de terras.

— Historicamente, nosso Estado sempre perdeu áreas, como a Comarca de São Francisco e outras. Entendo, portanto, que essa anexação de Fernando de Noronha é uma forma de reafirmar suas posições libertárias — afirmou.

Arraes não confirmou se manteria no cargo o Governador Fernando Cé-

sar Mesquita, mas destacou que vai precisar da ajuda dele, para traçar o futuro do Território.

Separado da capital pernambucana por uma faixa de mar de 510 quilômetros, o arquipélago de Fernando de Noronha é formado por 21 pequenas ilhas. A maior delas, com 17 quilômetros quadrados e cerca de 400 moradias, abriga os 1.500 habitantes fixos, quase todos funcionários do Território, além de uns 200 "forasteiros" — turistas ou técnicos —, que ali estão a serviço ou são hóspedes do Governo.

Dependendo, em 95 por cento, de alimentos importados do continente, o Território tem uma infra-estrutura razoável, que inclui canal de TV, estação de rádio FM, colégios de primeiro e segundo graus, transporte gratuito para os moradores, hospital, banco comercial e cinema.

AS ESPERANÇAS DE TOCANTINS E RORAIMA

Políticos apostam em futuro melhor

BRASÍLIA — A principal atividade econômica do novo Estado de Tocantins (o Norte de Goiás) é a agropecuária. Segundo as estimativas do Deputado Siqueira Campos (PDC-GO), o principal articulador da criação do novo Estado, Tocantins já nasce com um rebanho de 6,5 milhões cabeças de gado e uma produção anual de grãos de 2,5 milhões de toneladas, superior à de todos os Estados do Nordeste juntos.

Para o Deputado Siqueira Campos, estes números põem fim, em definitivo, às críticas à Constituinte por estar criando uma espécie de novo Piauí.

— O Piauí, infelizmente, não possui os recursos hídricos nem as terras férteis que nós temos. Tocantins já nasce entre os oito ou dez maiores Estados da Federação — assegura o constituinte de Goiás.

Entre recursos de impostos federais, estaduais e do Fundo de Participação dos Estados, Siqueira Campos calcula que Tocantins arrecada hoje em torno de CZ\$ 35 bilhões por ano. Esta é uma das garantias, no seu entender, de que 1,2 milhão de tocan-tinenses terão um Governo razoável.

As outras garantias são as próprias medidas que a Constituinte aprovou para a criação dos novos Estados.

Um dos dispositivos, por exemplo, limita as despesas com custeio e pessoal em 50% do total de seus orça-

mentos.

Roraima — A transformação de Território em Estado é a grande avanço que Roraima estava esperando para se desenvolver. A opinião é do Deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que desde a legislatura passada defendia a elevação de Roraima a Estado.

Por enquanto, as principais fontes de renda da população roraimense — 300 mil habitantes — ainda são baseadas em atividades primárias: pecuária e extrativismo vegetal. Mas o Deputado Mozarildo Cavalcanti já vislumbra Roraima transformada, em face da sua proximidade com os países do Caribe, no grande corredor de exportação dos produtos da Zona Franca de Manaus.

Outro potencial a ser explorado, segundo o Deputado, são as grandes reservas minerais que existem em Roraima: ouro, diamantes, além de minerais radioativos como o urânio e o titânio. Mozarildo Cavalcanti está confiante, além disso, que não se repetirão em Roraima os equívocos que foram cometidos em Rondônia.

— Não há intenção de vender a imagem de Roraima como um novo Eldorado. Queremos uma evolução gradual e que não provoque nenhuma explosão populacional em relação à nossa infra-estrutura — diz o Deputado.

Autodestruição

HÁ, NOS meios políticos, um recente amor aos plebiscitos — propostos para as mais variadas questões.

APARENTEMENTE, imagina-se que isto vá ao encontro do decantada ansia de voto na sociedade.

SEJA ISTO verdade ou não, o fato é que uma onda de plebiscitos — prática cesarista, embaçada ditadura — pode produzir grave erosão no princípio da representatividade, uma das bases do regime democrático.

A CONSULTA plebiscitária, no seu simplismo maniqueísta, passa por cima do representante eleito, no que não deixa de significar desconfiância em sua capacidade de exprimir corretamente os desejos daqueles que o elegeram.

NUMA época de descrédito na classe política, propor plebiscitos a torto e a direito é um equívoco quase suicida.

Derrota do jogo traz maré de azar para comerciante do setor

SÃO PAULO — A decisão da Constituinte de rejeitar emenda que defendia a reabertura de cassinos frustrou empresários e comerciantes da área de equipamentos para jogos, que terão de arquivar os projetos de investimento para ampliar os negócios.

Antônio PolICASTRO, proprietário da indústria "As de Ouro" e de três lojas na cidade arguava apenas a votação de antecâmara para aumentar a fábrica e diversificar a produção. Ele já tinha feito várias viagens ao exterior visitando cassinos sofisticados para analisar mo-

delos, medidas e acabamento das peças dos vários tipos de jogos e definir as necessidades de equipamento e recursos humanos.

— Eu tinha fé que os cassinos fossem liberados. Seria bom para o País, que ficaria com as divisas que os turistas brasileiros acabam gastando no exterior e geraria um volume razoável de empregos — diz ele.

Agora, os planos de PolICASTRO, que fabrica mais de 50 tipos de jogos (xadrez, gamão, mini-rolêta, bingo, entre outros), estão engavetados.

O Estado do Rio poderia ler no mi-

nimo 30 grandes cassinos funcionando até o final do ano, e muitos deles, como o Quilandinha e o montado pela cúpula da contravenção nos arredores da cidade, poderiam abrir suas portas imediatamente. Fora da clandestinidade, os grandes banqueiros do jogo do bicho poderiam, por exemplo, operar toda a infra-estrutura que planejavam para o cassino que montaram no Rio — um investimento de aproximadamente CZ\$ 200 milhões. No próximo ano, o mesmo cassino faturaria a mesma quantia em apenas três meses. A pressão pela legalização era fortíssima e contava com o apoio de

parlamentares ligados à contravenção ou não, tanto no Rio como em Brasília.

O setor hoteleiro, por exemplo, defendia a legalização mas queria regulamentos que permitissem cassinos apenas em hotéis de cinco estrelas.

O cassino montado pela contravenção não seria o único a funcionar legalmente no Rio. Há informações de que na ilha do Governador seriam abertos pelo menos outros três, em locais onde atualmente já se explora o carreado e o pôquer clandestinamente.